

UEL na luta contra o racismo: desafios e perspectivas político-institucionais

UEL in the fight against racism: political-institutional challenges and perspectives

Mônica Kaseker¹

Wagner Roberto do Amaral¹

Andréa Pires Rocha¹

Marleide da Silva Rodrigues Perrude¹

DOI: <http://dx.doi.org/10.20435/tellus.v24i52.964>

Resumo: O artigo apresenta a experiência da Campanha *UEL na luta contra o racismo* desenvolvida pela Universidade Estadual de Londrina, em parceria com a Cátedra Unesco Educação Superior, Povos Indígenas e Afrodescendentes na América Latina. Desde a implementação das políticas afirmativas, seja por meio de vagas suplementares para estudantes indígenas e cotas para estudantes negros/as, a partir dos anos 2000, a instituição vem sendo provocada a discutir as diferentes expressões de racismo e as estratégias para o seu enfrentamento. Percebe-se que a participação da UEL, assim como de outras 25 universidades de diversos países, respondendo à Chamada de Ações na Internet para a Erradicação do Racismo na Educação Superior na América Latina, organizada em 2020 pela Cátedra Unesco Educação Superior e Povos Indígenas e Afrodescendentes na América Latina, foi fundamental para um posicionamento institucional e de permanente atenção e ação no combate ao racismo.

Palavras-Chave: Ações afirmativas; Racismo; Educação superior.

Abstract: The article deals with the campaign *UEL in the fight against racism* developed by the State University of Londrina, in partnership with the Unesco Higher Education Chair, Indigenous Peoples and Afro-descendants in Latin America. Since the implementation of affirmative policies for afro-descendent and indigenous students, from the 2000s, the institution has been discussed the different expressions of racism and strategies for confronting them. In 2020, the Unesco Chair in Higher Education and Indigenous Peoples and Afro-descendants in Latin America organized a call for Actions on

¹ Universidade Estadual de Londrina (UEL), Londrina, Paraná, Brasil.

the Internet for the Eradication of Racism in Higher Education in Latin America. UEL, as well as 25 other universities from different countries, responded to this notice. This participation was fundamental for an institutional position and permanent attention and action in the fight against racism.

Keywords: Affirmative action; Racism; Higher education.

1 INTRODUÇÃO

A mente, essa ninguém pode escravizar
(Maria Firmina dos Reis)

No Brasil, o projeto genocida que atingiu os indígenas e as populações africanas sequestradas e escravizadas deixou marcas deletérias que persistiram mesmo no contexto pós-abolição, terreno no qual ocorre a consolidação do modo de produção capitalista periférico e dependente (Moura, 2019). Abdias do Nascimento (2016) explica que o genocídio do negro brasileiro foi um projeto assentado em duas estratégias, que tinham por meta solucionar o problema da “mancha negra”. A primeira, se mostra no embranquecimento dos corpos que teve início no estupro da mulher negra, ou seja, “[...] o crime de violação e subjugação sexual cometido contra a mulher negra pelo homem branco continuou como prática normal ao longo das gerações” (Nascimento, 2016, p. 83). A imposição da miscigenação dos corpos se soma à segunda estratégia do genocídio, o embranquecimento cultural, que foi impetrado por processos de inferiorização da cultura africana e afro-brasileira. No caso do Brasil, essa lógica se vale do mito da democracia racial, eficaz ideologia que

[...] só concede aos negros um único ‘privilégio’: aquele de ser tornarem brancos, por dentro e por fora. A palavra-senha desse imperialismo da branqueira, e do capitalismo que lhe é inerente, responde a apelidados bastardos como assimilação, aculturação, miscigenação, mas sabemos que embaixo da superfície teórica permanece intocada a crença da inferioridade do africano e seus descendentes (Nascimento, 2016, p. 110)

Em síntese, “[...] não é exagero afirmar-se que desde o início da colonização, as culturas africanas, chegadas nos navios negreiros, foram mantidas num verdadeiro estado de sítio” (Nascimento, 2016, p. 123). Lélia Gonzáles também nos auxilia nessas reflexões, ao enfatizar que,

[...] a afirmação de que todos são iguais perante a lei assume um caráter nitidamente formalista em nossas sociedades. O racismo latino-americano é suficientemente sofisticado para manter negros e índios na condição de segmentos subordinados no interior das classes mais exploradas, graças à sua forma ideológica mais eficaz: a ideologia do branqueamento. Veiculada pelos meios de comunicação de massa e pelos aparelhos ideológicos tradicionais, ela reproduz e perpetua a crença de que as classificações e os valores do Ocidente branco são os únicos verdadeiros e universais. Uma vez estabelecido, o mito da superioridade branca demonstra sua eficácia pelos efeitos de estilhaçamento, de fragmentação da identidade racial que ele produz: o desejo de embranquecer (de ‘limpar o sangue’, como se diz no Brasil) é internalizado, com a simultânea negação da própria raça, da própria cultura (González, 2020, p. 119)

Ou seja, a historicidade do genocídio também se mostra na perpetuação da lógica elitista cuja a qual o acesso ao direito à educação se consolidou no país, determinando que a universidade seria território para poucos, em especial, pessoas brancas, de sexo masculino e de classe econômica abastada. É inegável o lugar do racismo estrutural nessa sociabilidade, que segundo Silvio Almeida (2018, p. 38) existe em “[...] decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo ‘normal’ com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares [...]”. Por outro lado, há que se considerar que mesmo com toda violência e anulamento, a resistência negra e indígena persiste, como também aborda Clóvis Moura (2019) a partir da categoria quilombagem. A perspectiva da luta, da resistência e da re-existência está presente na história dos povos indígenas no Brasil e na América Latina onde, segundo Ailton Krenak, “o futuro é ancestral” (Krenak, 2022).

O sujeito coletivo, que hoje entendemos como movimento(s) negro(s) e indígena(s), tem se mostrado em luta há mais de 500 anos, com pautas que sempre versaram pelo direito à liberdade, à vida, à existência, à educação, entre outras. Portanto, a presença da população negra e indígena por meio de políticas afirmativas na educação superior brasileira, fruto dessas lutas, é recente e marcada, a partir da década de 2000, por iniciativas e experiências institucionais isoladas, sem articulação nacional. Tais ações e políticas afirmativas evidenciaram como elemento chave a existência do racismo estrutural e histórico na formação social, política e cultural brasileira. Desta forma, reconhecer afirmativamente e viabilizar a presença e os percursos acadêmicos de estudantes indígenas e negras/

os na educação superior pública no país foi uma forma de reconhecer as diversas expressões do racismo e buscar sua superação.

Nesse contexto, emergem as políticas de vagas suplementares para indígenas e de cotas raciais para negras/os na Universidade Estadual de Londrina (UEL), sendo esta instituição uma das pioneiras no país. Somente 10 anos depois das primeiras iniciativas institucionais de ações afirmativas, foi promulgada a Lei nº 12.711 – Lei de Cotas (Brasil, 2012) - sendo um marco na promoção da igualdade racial no Brasil. Esta lei ampliou as possibilidades de acesso à população negra e indígena nas instituições federais de educação superior e fortalece as experiências das universidades estaduais, assim como a da UEL. Com isso, intensificam-se os desafios institucionais para garantir permanência a estes estudantes e para enfrentar o racismo que passa a se explicitar com as presenças destes sujeitos.

A intensa, progressiva e desafiadora presença indígena e negra na educação superior no Brasil nos últimos 20 anos sinaliza, por si, as possibilidades da pauta antirracista na universidade. O massivo ingresso e permanência de indígenas e negros na educação superior, até então não concebidos neste espaço enquanto uma política pública, deu maior visibilidade às situações de racismo e preconceito e, ao mesmo tempo, possibilitou indagar o sentido da universidade pública e da produção do conhecimento, afirmando e fortalecendo pedagogias antirracistas neste espaço. De tal forma, as experiências brasileiras passam a dialogar com demais iniciativas latino-americanas por meio de redes de intercâmbios e de colaboração como a Red Interuniversitaria Educación Superior y Pueblos Indígenas y Afrodescendientes en América Latina (RED ESIAL).

De tais iniciativas, este trabalho apresenta e reflete sobre a Campanha *UEL na luta contra o racismo*, desenvolvida pela UEL em parceria com a Cátedra Unesco Educação Superior e Povos Indígenas e Afrodescendentes na América Latina. Buscamos contextualizar as políticas afirmativas voltadas à população negra e indígena construídas na UEL, situando a experiência da Campanha no processo de amadurecimento político e institucional desta Universidade. Fundamental ainda, neste texto, detalharmos o processo de organização e mobilização da Campanha, as produções dela decorrentes, assim como seus desdobramentos e impactos.

A este trabalho, portanto, somam-se muitas vozes de distintos sujeitos e setores na UEL, bem como se articula a várias outras reflexões que vêm sendo

produzidas e disseminadas na América Latina em torno da luta antirracista na educação superior, afinal de contas, como está na epígrafe desta introdução, a mente não se pode escravizar.

2 MEMÓRIA DAS AÇÕES CONTRA O RACISMO E PELAS POLÍTICAS AFIRMATIVAS

A Universidade Estadual de Londrina², assim como outras IES públicas no país, passa a constituir e evidenciar sua perspectiva de vanguarda pelo ingresso e permanência de estudantes indígenas e negros no início dos anos de 2000. De formas politicamente distintas, cada um desses dois segmentos foi ocupando seu espaço no universo acadêmico desta instituição estadual interiorana e pautando e visibilizando sua teimosa presença. A presença destes sujeitos num espaço ainda tão elitizado como a universidade, principalmente em cursos de graduação de significativa concorrência para ingresso, passou a evidenciar diferentes expressões de racismo sejam estas estruturantes ou sutis, bem como distintas e criativas formas de resistência por estes estudantes (Amaral, 2019a).

Num contexto de iniciativas localizadas e isoladas promovidas por IES públicas no país, destacamos o tímido ingresso de estudantes indígenas na UEL por meio da Lei Estadual 13.134 (Paraná, 2001), que institui vagas suplementares para este segmento nas IES Estaduais do Paraná. Tímido devido a ausência de debates que antecederam tal lei junto às comunidades indígenas e com as IES envolvidas, bem como pelo reduzido número de vagas disponibilizadas para este ingresso, indicando apenas três para cada universidade estadual, por ano³ (Paulino, 2008; Amaral, 2020). O ingresso de apenas três indígenas anualmente em cada IES revelava os riscos de isolamento destes estudantes e as fragilidades das IES no seu acolhimento, na assistência estudantil e nas garantias de permanência.

Ainda assim, a experiência paranaense, da qual integra a UEL, foi pioneira no país na criação e institucionalização de uma política estadual de ingresso de

² A UEL foi fundada em 1970 e se localiza no interior do Estado do Paraná (Brasil). Possui 52 cursos de graduação e 191 de pós-graduação, englobando uma comunidade de 25 mil pessoas entre estudantes, docentes e servidores técnico-administrativos. Disponível em: <https://portal.uel.br/conheça-a-uel/>.

³ A Lei Estadual n. 14.995 (Paraná, 2005), altera a referida lei de 2001 passando a instituir seis vagas suplementares anuais para cada Universidade Estadual do Paraná.

indígenas na educação superior pública, em instituições e cursos convencionais (Luciano; Amaral, 2021), promovendo, de forma inédita, um processo de seleção específico denominado como Vestibular dos Povos Indígenas do Paraná, estando atualmente na sua 22ª. edição.

Para viabilizar o acompanhamento dos estudantes indígenas foi criado um programa permanente de ensino denominado Programa de Formação Intercultural. A partir do ano de 2006, passa a ser constituída a Comissão Universidade para os Índios⁴ (CUIA) em âmbito estadual e a CUIA da UEL, cujo papel essencial se constituiu no acolhimento e acompanhamento pedagógico dos estudantes indígenas (Amaral, 2020; Amaral; Silvério, 2016; Amaral, 2019b). Tais espaços institucionais possibilitaram a permanente avaliação, formulação e instituição de novas estratégias de enfrentamento à retenção e à evasão dos indígenas na universidade, estando estas muito associadas às expressões de racismo, principalmente no cotidiano dos cursos. Destaca-se nesse processo a implantação da experiência do Ciclo Intercultural de Iniciação Acadêmica dos Estudantes Indígenas da UEL, no ano de 2014, sendo esta uma modalidade específica de graduação inédita no Brasil e na América Latina (Alves, 2016; Amaral, 2020).

No mesmo contexto e em paralelo ao ingresso de indígenas na UEL, no ano de 2004 foi aprovada pelo Conselho Universitário desta instituição a adoção da política de cotas para candidatos autodeclarados negros e oriundos de escolas públicas⁵. Tal deliberação da UEL se somaria a outras iniciativas pioneiras desta mesma natureza no país pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) em 2002 e pela Universidade de Brasília (UnB) em 2003.

Diferente da iniciativa de ingresso de indígenas nas IES estaduais paranaenses, conduzida pela Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná (SETI-PR) sem diálogos com as organizações indígenas, a política de cotas raciais na UEL foi provocada e proposta pelo movimento social negro de

⁴ O nome da CUIA foi alterado para Comissão Universidade para Indígenas por meio da Portaria SETI n. 037/2022, após vários debates realizados junto aos membros da CUIA Estadual, estudantes e lideranças indígenas do Paraná.

⁵ A Resolução n. 078/2004, do Conselho Universitário da UEL, estabeleceu no seu artigo 1 que “até 40% (quarenta por cento) das vagas de cada curso de graduação, ofertadas em Concurso Vestibular pela Universidade Estadual de Londrina, serão reservadas a estudantes oriundos de Instituições Públicas de Ensino, sendo que até metade das vagas decorrentes da aplicação deste percentual deverão ser reservadas a candidatos que se autodeclararem negros”.

Londrina já no ano de 2002, junto a então Reitora Profa. Dra. Lygia Lumina Pupatto, recém empossada neste cargo (Pacheco, 2019).

A política de cotas raciais na UEL passou por diferentes fases e avaliações nos últimos 18 anos sendo que a última deliberação do Conselho Universitário desta instituição sobre esta matéria (Resolução do Conselho Universitário nº 008/2017) estabeleceu reserva de 45% das vagas para cada curso de graduação para ações afirmativas sendo: 20% do total das vagas para estudantes oriundos da escola pública, 20% para estudantes autodeclarados negros oriundos da escola pública, e 5% para estudantes autodeclarados negros de forma irrestrita, independente do percurso de formação, representando um avanço para as políticas afirmativas nesta Universidade (Pacheco, 2019).

Uma das estratégias definidas pela gestão da UEL para viabilizar a permanência de estudantes cotistas foi a criação do Programa de Apoio ao Acesso e Permanência para a Formação do Estudante da UEL (PROPE), no ano de 2013, que passou a mobilizar e articular diversos serviços e programas voltados a esses acadêmicos, dentre eles o SEBEC - Serviço de Bem Estar à Comunidade (Pacheco, 2019). O Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB) da UEL também se constituiu num espaço fundamental de fomento ao debate, sistematização e acompanhamento da política de cotas raciais na instituição.

Tais iniciativas passaram a compor um conjunto ainda internamente isolado e desarticulado de ações afirmativas na UEL demandando esforços e espaços institucionais de diálogo e integração das ações. As presenças negra e indígena na universidade evidenciaram o que passamos a reconhecer como racismo estrutural

Este problema, originado en el período colonial, continua vigente. Si bien en algunos países los comportamientos abiertamente racistas hacia estas personas y comunidades son menos habituales, existen desventajas históricamente acumuladas, mecanismos institucionales, prejuicios y prácticas que continúan reproduciendo inequidades. Las expresiones ‘racismo oculto’, ‘solapado’, ‘no visible’, ‘estructural’ y ‘sistémico’ permiten llamar la atención respecto de estos problemas (Mato, 2019, p. 5)

De acordo com Anny Ocoró Loango, na América Latina - e podemos afirmar que o Brasil não é exceção - a cor da pele pode marcar alguém com o estigma de ser visto como inferior.

Es una doble situación de discriminación, detrás la cual se esconde una ideología racista que asume que negros e indígenas carecen de cualidades intelectuales. Por su color de piel automáticamente se los asocia a los empleos menos calificados, al trabajo pesado y a un bajo nivel educativo (Loango, 2019, p. 2).

Desta forma, o combate ao racismo nas universidades precisa estar profundamente integrado às ações afirmativas.

Inspirados nas experiências vivenciadas pelos estudantes indígenas desde o ano de 2002 e dos estudantes ingressantes pelas cotas raciais e sociais desde o ano de 2005, foram realizados vários eventos na UEL pautando a necessidade de maior articulação dos esforços empreendidos pelos diferentes órgãos, serviços, setores e programas. Destacamos seis eventos fundamentais que foram provocando e pavimentando os encontros e articulações entre as experiências e políticas institucionais da UEL:

- Seminário de Articulação das Ações Afirmativas no Estado do Paraná promovido pela CUIA e NEAB da UEL em parceria com a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO/Brasil), nos dias 22 e 23 de outubro de 2014, nas dependências da UEL;
- I Fórum Permanência Estudantil e Direitos Humanos da UEL promovido em parceria do PROPE, CUIA, NEAB e SEBEC da UEL, realizado nos dias 14 e 15 de maio de 2018, nas dependências da UEL;
- Evento Dia Internacional de Eliminação da Discriminação Racial: combate ao racismo na UEL, promovido em parceria da CUIA, NEAB, PROPE e SEBEC da UEL, realizado no dia 21 de março de 2019, contando com a assinatura do Pacto pela Eliminação do Racismo na UEL pelo Reitor da UEL e demais autoridades públicas e lideranças do movimento social negro e indígena de Londrina e região;
- Campanha *UEL na luta contra o racismo*, promovida pela CUIA e o NEAB da UEL em parceria com a Cátedra Unesco Educação Superior e Povos Indígenas e Afrodescendentes na América Latina⁶, sediada na Universidad

⁶ Campanha vinculada a Chamada de Propostas de Ações na Internet para a Erradicação do Racismo na Educação Superior na América Latina, promovida pela Cátedra Unesco Educação Superior e Povos Indígenas e Afrodescendentes na América Latina, por meio do seu Programa Iniciativa para a Erradicação do Racismo na Educação Superior (Amaral; Patzi, 2021).

Tres de Febrero, Argentina. Realizada no período de 15 de setembro a 15 de novembro de 2020, por meio virtual considerando o contexto pandêmico mundial. Esta campanha promoveu oficinas com estudantes negras/os e indígenas resultando na produção de micro vídeos com narrativas destes sujeitos, um Webinar para reflexão sobre as expressões do racismo na educação superior, culminando com a assinatura da Carta Compromisso UEL na *Luta contra o racismo* pelo Reitor da UEL e demais autoridades públicas e lideranças do movimento social negro e indígena de Londrina e região;

- Marcha UEL na luta antirracista e pela diversidade: em 12 de maio de 2022 a comunidade universitária realizou uma marcha em resposta a um caso de racismo ocorrido na semana anterior, no Centro de Ciências Exatas, o CCE. Pichações discriminatórias e de apologia ao fascismo e ao nazismo foram encontradas em um dos banheiros do centro de estudos. A marcha foi aprovada pelo Conselho Universitário como uma manifestação oficial da UEL contra o racismo. Uma nota de repúdio também foi assinada por instâncias da Universidade e por representações da sociedade civil (O Perobal, 2022).

- Lançamento da Campanha Permanente *UEL na Luta contra o Racismo*, realizado no dia 21 de março de 2023, sendo promovido por um Grupo de Trabalho Ampliado que reúne vários órgãos, setores e programas voltados as políticas afirmativas e de permanência de estudantes negros e indígenas na UEL, coordenado diretamente pela Reitora desta instituição. Nesta ocasião, foi assinado o Pacto *UEL na luta contra o racismo*, pela Reitora da UEL e demais autoridades públicas e lideranças de movimentos sociais negro e indígena.

Esta cronologia nos provoca a compreensão do processo de articulação interna das iniciativas e ações desenvolvidas pela UEL, num primeiro momento muito voltadas ao reconhecimento das políticas afirmativas existentes nesta instituição, principalmente com ênfase ao ingresso e permanência e, na sequência, focadas nas ações de desvelamento e enfrentamento ao racismo. Demonstra ainda o amadurecimento da articulação e diálogo dos diferentes setores e, sobretudo, de pessoas estratégicas neles inseridas. As cartas e pactos produzidos coletivamente e assinados passam a sinalizar o compromisso institucional a ser assumido pela UEL reconhecendo várias demandas e pautas dos diferentes

setores. Dentre os compromissos registrados nestas cartas e assumidos pelas gestões da UEL, destacamos três significativos: a implantação de reserva de vagas para indígenas, negras/os e pessoas com deficiência em todos os programas de pós-graduação⁷; a constituição de um Grupo de Trabalho para estudo e proposição de uma Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil; a realização de uma campanha permanente contra o racismo na instituição.

Destacamos que tal processo de articulação e, principalmente de assunção do compromisso de uma campanha permanente de enfrentamento ao racismo, passa a ter mais concretude a partir da participação da UEL na primeira edição do Programa Iniciativa para a Erradicação do Racismo na Educação Superior pela Cátedra Unesco Educação Superior e Povos Indígenas e Afrodescendentes na América Latina. A proposição e seleção da UEL neste Programa possibilitou a primeira iniciativa da Campanha *UEL na luta contra o racismo*, desenvolvida no ano de 2020, tema a ser apresentado e refletido neste texto.

3 A CAMPANHA UEL NA LUTA CONTRA O RACISMO EM 2020

No fatídico 2020, ano em que o mundo viveu as maiores restrições devido à Pandemia Covid 2019, a UEL assim como outras 25 universidades da América Latina, participou da Chamada de Ações na Internet para a Erradicação do Racismo na Educação Superior na América Latina organizada pela Cátedra Unesco Educação Superior e Povos Indígenas e Afrodescendentes na América Latina, entre os meses de setembro e novembro. Estas universidades atenderam ao chamado do Programa Iniciativa pela Erradicação do Racismo na Educação Superior na América Latina, divulgado pela Cátedra entre maio e julho daquele ano, para que as instituições desenvolvessem ações na internet para erradicar o racismo (Amaral; Patzi, 2021).

Docentes e discentes já envolvidos em ações de combate ao racismo na UEL, assim como relacionadas à interculturalidade e à inclusão de jovens indígenas e

⁷ A política de reserva de vagas para indígenas, negras/os e pessoas com deficiência nos programas de pós-graduação na UEL foi implantada por meio da Resolução CEPE/UEL n. 034/2021, de 01 de julho de 2021, passando a se efetivar para a seleção e ingresso de candidatos para o 1º semestre de 2022. Tal resolução foi resultado de produção coletiva de um Grupo de Trabalho instituído com esta finalidade, sendo discutida e aprovada pelas instâncias colegiadas deliberativas da UEL.

negros na universidade, uniram esforços para inscrever a proposta, que foi selecionada pela Cátedra para ser implementada e compartilhada com as demais ações desenvolvidas em toda a América Latina.

Na ocasião, o grupo considerou:

Disseminar conceitos e reflexões afirmativas por meio dos espaços virtuais torna-se uma alternativa fundamental para combater o racismo na educação superior. É imprescindível que tais ações sejam institucionais, afirmando a presença negra e indígena no ambiente acadêmico, fazendo com que a universidade assuma sua função reflexiva, intercultural e dialógica com epistemologias, cosmologias e temáticas até então ocultadas no cotidiano da sociedade brasileira. Tal proposta intenciona pautar na UEL uma campanha institucional e permanentemente articulada entre setores internos, servidores, docentes, estudantes e pesquisadores negros e não negros, indígenas e não indígena de combate ao racismo que ainda se apresenta sutil e estrutural na nossa sociedade (Carta de Candidatura, 2020)

A proposta nomeada *UEL na luta contra o racismo* previa um conjunto de ações ao longo do período de 15 de setembro a 15 de novembro de 2020, incluindo os estudantes negros e indígenas, culminando na produção e proposição de uma campanha permanente por meio de uma agenda de atividades permanentes para o ano letivo de 2020-2021. As seis ações propostas visavam a sensibilização da comunidade acadêmica e serão detalhadas mais adiante.

Foram proponentes dessas ações, a equipe: a coordenadora do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB/UEL) e docente do Curso de Graduação e Pós-Graduação em Ciências Sociais, Stricto Sensu em Sociologia, Maria Nilza da Silva; a coordenadora da Comissão Universidade para Indígenas da UEL (CUIA/UEL), docente do curso de graduação em Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Comunicação, Mônica Panis Kaseker; o membro da coordenação colegiada CUIA/UEL e da Comissão Étnico-Racial de Psicologia/PR, docente do curso de graduação de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação da Universidade Estadual do Centro-Oeste, Jefferson Olivatto da Silva; a coordenadora do grupo de Pesquisa vinculado ao CNPQ "Aquilombando a Universidade: estudos sobre Racismo, Direitos Humanos e Resistências", docente da graduação em Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social, Andréa Pires Rocha; a pesquisadora do NEAB-UEL e do Laboratório de Cultura e Estudos Afro-Brasileiros (LEAFRO-UEL) Mariana Panta;

Alexandro da Silva estudante do curso de Ciências Sociais pertencente à etnia Guarani Nhandeva, da Terra Indígena Laranjinha, no município de Santa Amélia, no Estado do Paraná e membro da Articulação dos Estudantes Indígenas da UEL (ARTEIN); Amauê Lourenço Guarani Jacintho, estudante do curso de Ciências Sociais pertencente à etnia Guarani Nhandeva, também da Terra Indígena Laranjinha; e o mestrando em Comunicação Lucas Fernando Ribeiro, que ficou responsável por toda a comunicação da campanha, desde o planejamento, edições de vídeo e postagens. Esta equipe também contou com o apoio de Wagner Roberto do Amaral, membro da CUIA/UEL e docente do Curso de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da UEL, na ocasião participando também como colaborador da Campanha pela Erradicação do Racismo na Educação Superior pela Cátedra Unesco.

A primeira atividade foi realizada em 15 de setembro e consistiu em uma roda de conversa *on line* que contou com narrativas de enfrentamento do racismo na UEL por parte de estudantes negros cotistas, negros estrangeiros e indígenas. Neste encontro inicial transmitido pelo Canal do NEAB no YouTube e difundido pelas redes sociais Facebook e Instagram, foram apresentados dois micro vídeos produzidos pela Cátedra Unesco Educação Superior e Povos Indígenas e Afrodescendentes da América Latina: as falas de Anny Ocoró Loango, do Conicet/Universidad Tres de Febrero, da Argentina, e de Marcia Mandepora Chunday, reitora da Unibol/Guarani, da Bolívia, por abordarem a questão da presença afrodescendente e indígena nas universidades como fator fundamental na erradicação do racismo⁸. Na ocasião, foi lançado o convite para a participação na gravação de micro vídeos de discentes e docentes negros e indígenas na UEL e na elaboração de uma logomarca para o site da campanha.

Em seguida, iniciou-se a segunda ação que previa a produção de 12 micro vídeos de relatos de vivências e estratégias de superação do racismo na UEL, com a participação de discentes e docentes negros e indígenas. Foram utilizados os micro vídeos já produzidos pela Cátedra como referência. Porém, ao longo do processo e dentro do curto prazo que estipulamos, tivemos dificuldades de

⁸ Os micro vídeos citados e outros produzidos podem ser encontrados pelo link: <http://unesco.untref.edu.ar/videos-producidos-por-untref-media?fbclid=IwAR0T8ovPIB-qBiu3c55fxOb9A2U-e6rjZv7g8uHZj5EPjXq1UtHe3VwJlTOc>

mobilizar e conseguir produzir os 12 vídeos. Conseguimos seis produções de estudantes indígenas e cinco de estudantes afrodescendentes.

Para a produção, foi elaborado um breve manual com orientações para a gravação que deveria ter até três minutos. Foi proposta uma pergunta guia como disparadora de todas as falas: no que a Universidade precisa avançar para acabar com o racismo?⁹ Os depoimentos dos jovens foram marcantes. O estudante Guarani Nhandeva, Alexandro da Silva, por exemplo, enfatizou que o racismo é uma herança colonial na universidade:

Falar de racismo é falar também de perguntas ou de questionamentos que envolvem a presença indígena na universidade. Como por exemplo: você é índio de verdade? O que você está fazendo na universidade? Ou também mesmo esse mito de indígena preguiçoso que corre na sociedade. Tudo isso é fruto e reflexo de um colonialismo racista, que ocultou as histórias dos povos indígenas, que construiu uma história alicerçada por uma inverdade refinada, né? [...] Não foi indígena ou negro que trouxe o racismo. O racismo veio de uma sociedade colonizadora que se julgava superior às outras culturas (Silva, estudante, em 2020)

Já o estudante cotista Lucas Lobato destacou que o racismo estrutural se expressa pelo não acolhimento

Uma das questões que me leva a pensar é sobre a representatividade que temos dentro da universidade. Quando você entra numa universidade você tem a ideia de que todos ali são iguais e que você vai ser aceito em qualquer espaço, mas você logo se frustra porque o seu perfil muitas vezes não é aceito ou se enquadra em alguns espaços que estão ali destinados. Espaços esses criados pelo sistema, ou seja, o sistema ou racismo estrutural presente na universidade. E tudo isso vem em confronto ao meu perfil, ou seja, pelo meu estilo de cabelo, pelas minhas roupas que vão à universidade que muitas vezes são as únicas que eu tenho pra estar ali. A minha fala, o meu modo de expressar. E sem esquecer do meu tom de pele (Lobato, estudante, em 2020).

Outra ação consistiu na divulgação de 10 micro vídeos produzidos pela Cátedra anteriormente nos veículos de comunicação da UEL e parceiros: TV UEL (canal institucional da universidade), uma versão em áudio na UEL FM (emissora

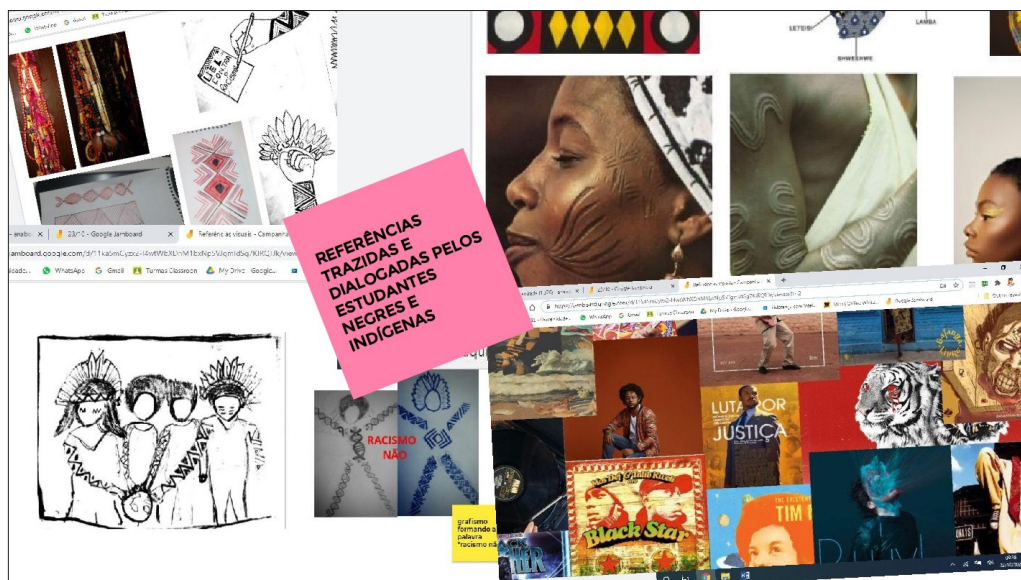
⁹ Foi recomendado que gravassem com o celular posicionado na horizontal e bem fixado, na altura dos olhos, tomando cuidados com o fundo, as roupas e acessórios e iluminação. Também houve recomendações quanto a buscar um espaço silencioso e a apresentar os conteúdos de forma breve e objetiva.

educativa da universidade), Projeto Tecendo Redes (que atuava junto a outros coletivos e universidades brasileiras). Todos com programação disponível *on-line*. Os micro vídeos foram selecionados de forma a representar os segmentos afrodescendentes e indígenas de diferentes países. Sobre a temática indígena: Daniel Loncon (Argentina), Nayra Eva Cachambi Patzi (Argentina), Eriki Miller Lima (Brasil), Shailili Zamora Aray (Argentina), Maria Calambas (Colômbia). Sobre a questão afrodescendente: Joana Célia dos Passos (Brasil), Guilherme Diniz (Brasil), Henry Rebolleto (Colômbia), Francisca Marleide do Nascimento (Brasil) e Miriam Gomes (Argentina)¹⁰. As publicações foram mensais, estendendo-se ao longo do calendário letivo de 2020/2021, como continuidade das ações.

A quarta ação desenvolvida foi a produção de peças de divulgação da proposta *UEL na luta contra o racismo* com elaboração de logomarca e site de forma colaborativa. Estudantes foram convidados a elaborar e enviar propostas para a construção da logomarca. Novamente foi desafiador mobilizar os estudantes a participarem da atividade *on-line*, que ocorreu nos dias 7 e 9 de outubro, visto que a essa altura as aulas haviam sido retomadas no sistema remoto e os estudantes ainda amargavam com a falta de estrutura e equipamentos para acompanhar as atividades. A oficina foi organizada pela professora Ana Luisa Boavista Cavalcante, do curso de Design Gráfico da UEL, com a colaboração das estudantes Júlia Squarça e Natália Devergenes (Figura 1).

¹⁰ Os micro vídeos podem ser acessados pelo link: <http://unesco.untref.edu.ar/videos-producidos-por-untref-media?fbclid=IwAR0T8ovPIB-qBiu3c55fxOb9A2Ue6rjZv7g8uHZj5EpJXq1UtHe3VwJIToc>

Figura 1 - Oficina Colaborativa pelos aplicativos Jamboard e Google Meet



Fonte: Campanha, 2020

Figura 2 - Peças produzidas colaborativamente em 2020



Fonte: Campanha, 2020.

A quinta ação foi a criação de canais próprios para a Campanha. A Coordenadoria de Comunicação da UEL criou um site para a veiculação de

materiais de pesquisa e de conscientização no combate ao racismo. A partir da produção da logomarca e manual de identidade da campanha, a equipe que propôs as ações criou os perfis nas redes sociais Facebook e YouTube.

A sexta ação proposta foi realizada no dia 20 de novembro, marcando o Dia da Consciência Negra no Brasil, em homenagem ao dia da morte do líder quilombola Zumbi dos Palmares. O webinar *Por uma universidade antirracista!* teve como objetivo apresentar a proposta da campanha permanente *UEL na luta contra o racismo* e foi transmitido pelo canal do NEAB no YouTube. Foram convidados o então reitor da UEL, professor Sérgio Carlos de Carvalho, o coordenador da Cátedra da Unesco Educação Superior, Povos Indígenas e Afrodescendentes na América Latina, sediada na Universidad Tres de Febrero, na Argentina, professor Daniel Mato e ainda, como conferencistas, o pesquisador Acácio Sidinei Almeida Santos, da Universidade Federal do ABC (UFABC) e a professora doutora Rita Gomes do Nascimento, pertencente ao povo Potiguara e integrante do Conselho Estadual de Educação do Ceará. O evento mediado pela professora Andrea Pires da Rocha, colaborado do NEAB-UEL e coordenadora do Aquilombando a Universidade, que ao longo da atividade mencionou a violenta e revoltante morte de João Alberto Silveira Freitas¹¹, homem negro de 40 anos, que foi espancado até a morte no estacionamento do mercado Carrefour, ocorrido no dia anterior. Ao final do evento foi apresentada uma carta compromisso, selecionamos alguns trechos que consideramos importante registrar:

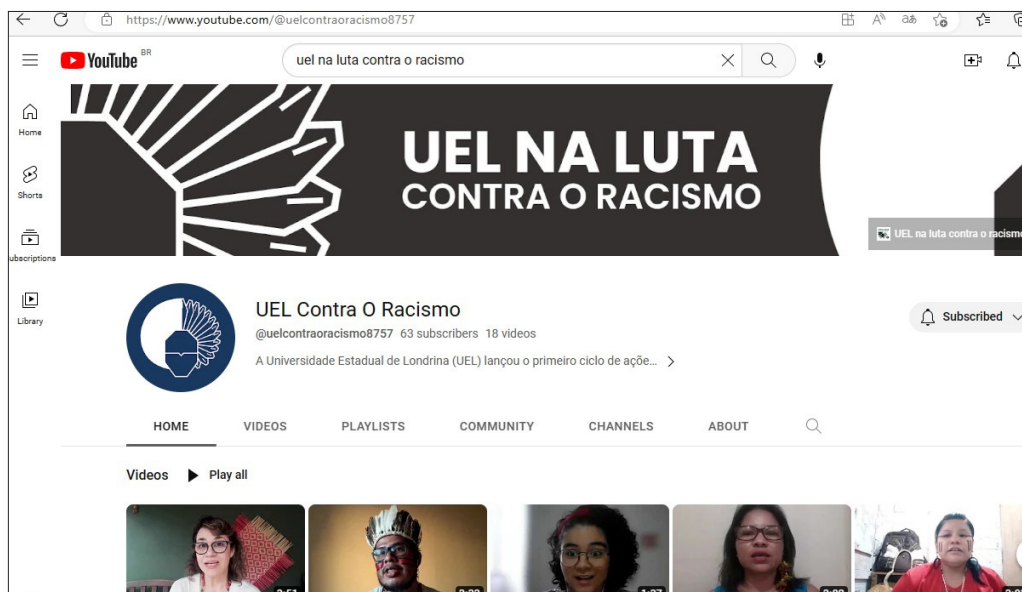
Para além das políticas de vagas suplementares para indígenas desde o ano de 2002 e da política de cotas raciais e sociais desde o ano de 2005 na UEL, nos inspiramos em iniciativas desenvolvidas anteriormente nesta universidade como o Seminário de Articulação das Ações Afirmativas no Estado do Paraná sediado pela universidade em parceria com a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO/Brasil) no ano de 2014 e do I Fórum Permanência Estudantil e Direitos Humanos da UEL realizado em 2018. Tais iniciativas sinalizam a luta intransigente da UEL contra o racismo! [...] Porque este compromisso, de combate ao racismo, é de todos e de cada um, em nosso cotidiano. Mudar o senso comum e as maneiras arraigadas e naturalizadas de agir, falar e pensar não é fácil. É preciso estar convencido dessa necessidade e fazer nascer essa vontade de mudar as estruturas, os imaginários e os enganos. Durante as nossas oficinas e encontros nesses

¹¹ Cf. Corpo [...] (2020).

dois meses surgiram muitas ideias, e aqui destacamos algumas: a primeira delas é que realmente se faz necessário um compromisso de campanha permanente pela erradicação do racismo velado, estrutural e institucional. Para isso, sugere-se a criação de uma agenda de ações que envolvam todos os centros, cursos e setores da universidade. Que todos possam se perguntar: como eu ou nós podemos contribuir para que isso se cumpra? (Carta Compromisso, 2020)

A carta também fez referência às falas dos estudantes negros e indígenas que destacaram que uma universidade plural deveria abrir espaço para as epistemologias decoloniais. “Sonhamos ter mais professores/as negros/as e indígenas para que avancemos nisso. Como fazer isso? Precisamos conversar sobre o racismo estrutural”, terminava a carta.

Figura 3 - Canal da campanha no YouTube



Fonte: Campanha, 2020.

Após as ações, um vídeo foi produzido pela equipe para apresentar um balanço dos dois meses iniciais da Campanha *UEL na luta contra o racismo*, com o tempo de 3 minutos e 50 segundos, e apresentado na Mostra *on-line* de Encerramento da Campanha pela Cátedra em Dezembro de 2020. O vídeo está disponível no Canal da Campanha no YouTube.

4 SEGUIMOS EM CAMPANHA

Assim, visando atender as recomendações propostas nas campanhas anteriores, em agosto de 2022, a UEL iniciou o planejamento de ações, envolvendo os diferentes setores, tendo como público-alvo a comunidade interna (agentes universitários, discentes e docentes), ampliando gradativamente para a comunidade externa (outras universidades, escolas e sociedade civil). De tal modo, considerando a necessidade de promover ações estratégicas de enfrentamento ao racismo a Reitora da Universidade Estadual de Londrina, Marta Regina Gimenez Fávaro, constituiu, por meio da Portaria nº 4126 - 30/09/2022, a “comissão para realização de campanha de enfrentamento ao racismo na UEL”. Tal proposta conta com a chancela oficial da Cátedra Unesco Educação Superior, Povos Indígenas e Afrodescendentes na América Latina e da Red Educación Superior y Pueblos Indígenas y Afrodescendientes en América Latina (Red ESIAL), à qual também está vinculada a UEL¹².

O trabalho dessa comissão é orientado pelos seguintes eixos: 1 - Reconhecimento da existência do racismo no cotidiano; 2 - Visibilidade para ações de enfrentamento e superação do racismo; 3 - Formação de uma comunidade antirracista; 4 - Denúncia de atitudes racistas; (Fortalecimento - Canais de denúncia - Criminalização - Proteção e Apoio). Tais eixos foram definidos a partir do objetivo geral de promover ações estratégicas e permanentes de enfrentamento e combate ao racismo de forma conjunta e articulada na Universidade Estadual de Londrina. Como objetivos específicos, foram delineados: dialogar com toda a comunidade universitária (docentes, discentes e servidores), com o movimento negro e com a sociedade em geral sobre o racismo; incentivar docentes e servidores a promover e intensificar ações de combate ao racismo em seu cotidiano profissional, dando visibilidade para ações que já ocorrem; denunciar, de forma direta, diferentes expressões de racismo; valorizar a população e a cultura negra e indígena; criar espaços de escuta nos centros departamentos sobre as diferentes manifestações de preconceito, discriminação e racismo na UEL.

O Grupo de Trabalho ampliado foi definido pela Portaria Nº 4126/2022¹³, composta por representações institucionais como: Pró-Reitorias de Recursos

¹² Para mais informações sobre a Red ESIAL acesse: <http://untref.edu.ar/sitios/ciea/programa-y-proyecto/programa-educacion-superior-y-pueblos-indigenas-y-afrodescendientes-e-n-america-latina-esial/>

¹³ O documento está disponível em <https://sites.uel.br/contraoracismo/wp-content/uploads/2022/10/4126.pdf>.

Humanos, de Graduação, de Pós-Graduação, de Extensão, de Planejamento (Diretoria de Planejamento Estratégico), Serviço de Bem Estar a Comunidade (SEBEC), Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro (NEAB), Comissão Universidade para Indígenas (CUIA), Coordenadoria de Comunicação Social, TV/UEL, Rádio/UEL, representantes do movimento social negro e indígena, docentes dos Departamentos de Educação, de Psicologia, de Artes Visuais, de Comunicação, de Serviço Social, representantes de estudantes negras/os e indígenas, servidores da UEL, da Gestão Municipal de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e do Conselho Municipal da Igualdade Racial (GMPPIR). A organização das ações do GT ampliado é planejada por um Comitê Gestor para realização da campanha de enfrentamento ao racismo na UEL, composta pelos representantes da CUIA, NEAB, GMPPIR, representantes de estudantes indígenas e negras/os e de servidores. Vale salientar que a constituição desse grupo com o apoio da Reitoria da UEL é um avanço significativo, pois a campanha passa a ser um projeto institucional, demonstrando o compromisso da instituição com a luta para o combate ao racismo e a promoção da igualdade racial.

A partir da constituição do grupo foi iniciada uma dinâmica de trabalho com reuniões mensais com o intuito de reconhecer a existência do racismo na Universidade e construir ações permanentes para seu enfrentamento. Conjuntamente, foi construído um plano de trabalho que vem balizando as ações no interior da Universidade.

No que se refere ao primeiro eixo sobre o reconhecimento da existência do racismo no cotidiano, foram propostas diversas ações: construir um calendário permanente em conjunto com a comunidade universitária; produzir um guia antirracista; produzir vídeos de apoio à campanha com professores, alunos e funcionários; adaptar essas gravações em áudio para veicular como podcast e veicular também na programação da rádio UEL FM; organizar uma exposição de fotografias; desenvolver um plano de comunicação para a campanha nas redes sociais e imprensa; ampliar a divulgação do estatuto da igualdade racial; desenvolver oficinas/vivências em todos os departamentos/centros, para identificar como o racismo se expressa, com a participação de estudantes, professores e funcionários.

Quanto ao segundo eixo referente à visibilidade para ações de enfrentamento e superação do racismo, planejou-se elaborar panfletos e fazer mobilizações

programadas em pontos diversos da UEL, sobre o vocabulário e as expressões e léxicos cotidianos do racismo, narrativas e vivências do racismo; realizar programação da rádio universidade - “Vozes negras e indígenas e dedicação de algumas horas de programação com obras de compositores negros e indígenas. Fazer spots/ Podcast com pessoas negras e indígenas; promover ações artístico-culturais; Rodas de Conversas - “Presença Negra, Indígena e Imigrante na universidade: construindo laços e redes”.

O eixo três reúne ações para a formação de uma comunidade antirracista. Estão previstas atividades de planejamento e execução da formação de docentes, funcionários/as e estudantes de graduação e pós-graduação da UEL sobre o debate ético-racial institucional; ações descentralizadas nos centros de estudos; a mobilização dos centros para produzir ações educativas; mobilizar centros e departamentos para propor ciclos de discussões e cursos de extensão sobre o tema; ampliar a assistência a acadêmicos negros/as e ou vulneráveis; organização de uma disciplina aberta a todos estudantes, funcionários/as e docentes da UEL sobre as relações de colonialidade e raciais no Brasil.

Os canais de denúncia e encaminhamentos compõem o eixo quatro. Para atender a essa importante demanda da comunidade universitária, foi proposto um estudo do regimento geral da UEL com base na nova lei de processo disciplinar administrativo. Também pretende-se aprimorar o acolhimento de vítimas de racismo e ampliar a divulgação dos links de acesso na página da Ouvidoria para registro de “Denúncia: Racismo e Injúria Racial” e “Denúncia: Preconceito de Gênero”. As parcerias com a Divisão de Psicologia do Serviço de Bem Estar à Comunidade (SEBEC), Pró-Reitorias de Graduação, Colegiados, Direções de Centro, Diretores de Órgãos Suplementares e de Apoio para o acompanhamento psicológico e acolhimento, Procuradoria Jurídica, Ouvidoria e Agente de *Compliance* (consultor estratégico) estão sendo fundamentais para a implementação das ações.

Com a renovação dos pactos de combate ao racismo na UEL, no lançamento da Campanha Permanente UEL na luta contra o racismo, houve uma nova mobilização e organização da equipe em torno da estruturação das ações. A maioria destas está no presente momento em implantação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A poesia é tão farta que só falta você colher
(Tiago Hakiy)

Combater o racismo na universidade requer mudanças de visão, pensamento e ação dos/as sujeitos/as nas diferentes esferas e ambientes. Trata-se de uma mudança cultural profunda e complexa, visto que no Brasil ainda vigora o mito da democracia racial, ocultando as diversas expressões do racismo. Há mais de 20 anos foram iniciadas as ações afirmativas na UEL ampliando a presença negra e indígena na universidade, estando dentre as experiências pioneiras no Brasil. Porém, os casos de racismo, sejam eles visíveis ou velados, ainda acontecem. Em especial nos últimos cinco anos, tem-se intensificado o diálogo sobre a expressão e a permanência estrutural do racismo no cotidiano da universidade. Essa persistência tem provocado a organização e o fortalecimento de uma comunidade antirracista permanente que possa atuar a longo prazo, de maneira sistêmica e estruturante para transformar essa realidade. Nesta lógica, a atuação de forma institucional para o enfrentamento e a superação do racismo deve estar associada à visibilidade afirmativa da presença de estudantes negros/as e indígenas e a garantia da sua permanência na educação superior, bem como com as possibilidades de interculturalidade e de diálogos intepistêmicos.

Embora a campanha siga promovendo ações articuladas com os diferentes setores da universidade em conjunto com os movimentos sociais indígenas e negros, provocando reflexões sobre a existência do racismo no Ensino Superior, desafios ainda permanecem. No conjunto destaca-se: formação do Grupo de Trabalho ampliado promovendo discussões sobre o racismo estrutural, institucional e outros temas; ampliar o diálogo com os centros e departamentos para a construção de ações articuladas e integras; enfrentar opiniões individuais e coletivas que refutam a existência do racismo e do preconceito racial no espaço universitário; práticas pedagógicas eurocêntrica (não reconhecimento e valorização da cultura afro-brasileira e indígena nas salas de aula); presença majoritária de docentes brancos nas universidades, provocando a necessidade de ampliar o acesso de docentes negros (pretos e partos) e indígenas por meio dos concursos; elaboração de subsídios teóricos e metodológicos para adequação dos cursos

de Licenciatura da Universidade Estadual de Londrina; ampliar as pesquisas no campo da Educação das Relações étnico-raciais.

Outro desafio relevante é a situação das universidades estaduais no Paraná, que vivem um momento de sucateamento e redução de investimentos públicos, o que faz com que as ações necessitem de otimização de pessoal e recursos financeiros já existentes e destinados a outras atividades de ensino, pesquisa e extensão, além da inexistência de ações ou de uma política estadual articulada de enfrentamento ao racismo na educação superior.

Ainda assim, a experiência construída coletivamente pela UEL em parceria com a Cátedra Unesco Educação Superior, Povos Indígenas e Afrodescendentes na América Latina, sinaliza as possibilidades de tecer redes e articular diálogos para constituir e fortalecer comunidades de aprendizagens antirracistas brasileiras e latinoamericanas pois a luta contra o racismo é histórica e demanda muitos esforços conjuntos. E que possamos, nesse esforço, colher poesia nessa imensidão que é a diversidade brasileira!

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ALVES, R. *O ciclo intercultural de iniciação acadêmica para estudantes indígenas da Universidade Estadual de Londrina*. 2016. Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas)- Departamento de Ciências Sociais, Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2016.

AMARAL, W. R. A presença indígena e afrodescendente interroga a educação superior e possibilita o enfrentamento ao racismo. *Colección Apuntes*, Buenos Aires, n. 4. 2019c.

AMARAL, W. R. A Comissão Universidade para os Índios (CUIA) do Paraná: uma experiência inédita de ação interinstitucional de política pública de educação superior indígena no Brasil, *In: MATO, D. (Org.). Educación superior y pueblos indígenas y afrodescendientes en América Latina: colaboración intercultural: experiencias y aprendizajes*. Sáenz Peña: Universidad Nacional Tres de Febrero, 2019b.

AMARAL, W. R. O enfrentamento do racismo pelo combate à evasão e pelo fortalecimento da presença indígena nas universidades. *In: MATO, D. (Org.). Educación superior y pueblos indígenas y afrodescendientes en América Latina: las múltiples formas de racismo*. Sáenz Peña: Universidad Nacional Tres de Febrero, 2020.

AMARAL, W. R.; PATZI, N. E. C. 1ª Campanha para a erradicação do racismo na Educação Superior na América Latina. *Integración y Conocimiento*, Córdoba, v. 2, n. 10, p. 13-37, 2021.

AMARAL; W. R.; SILVÉRIO, D. M. F. A Comissão Universidade para os Índios: desafios na política de educação superior indígena. In: AMARAL, W. R.; FRAGA, L.; RODRIGUES, I. C. (Org.). *Universidade para indígenas: a experiência do Paraná*. Rio de Janeiro: FLACSO, 2016.

BRASIL. Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 2012.

COMUNIDADE universitária marcha contra o racismo. *O Perobal*, Londrina, 2022. Disponível em: <https://operobal.uel.br/tv-uel/2022/05/12/comunidade-universitaria-marcha-contra-o-racismo/>. Acesso em: 8 maio 2023

CORPO de João Alberto, morto após ser espancado em unidade do Carrefour, é enterrado em Porto Alegre. *G1 - Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, 2020.

GONZÁLES, L. A categoria político-cultural de amefricanidade. In: RIOS, F.; LIMA, M. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

KRENAK, A. *Futuro ancestral*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

LOANGO, A. O. Las múltiples formas del racismo. *Colección Apuntes*, Buenos Aires, n. 13, 2019.

LUCIANO, G. J. S.; AMARAL, W. R. Povos indígenas e educação superior no Brasil e no Paraná: desafios e perspectivas. *Integración y Conocimiento*, Córdoba, vol. 10, núm. 10, p.13-37, 2021. Doi: <https://doi.org/10.61203/2347-0658.v10.n2.34069>

MATO, D.. Racismo y Educación Superior en América Latina. *Colección Apuntes*, Buenos Aires, n. 1, 2019

MOURA, C. *Sociologia do negro brasileiro*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.

NASCIMENTO, A. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2016.

PARANÁ. Lei n. 2.995, de 19 de maio de 2005. Dá nova redação ao art. 32 da Lei nº 2.406, de 29 de janeiro de 2002, que institui a Política Estadual dos Recursos Hídricos

e cria o Sistema Estadual de Gerenciamento dos Recursos Hídricos. Curitiba: Governo do Estado, 2005.

PARANÁ. *Lei ordinária n. 13134*, de 18 de abril de 2001. Reserva 3 (três) vagas para serem disputadas entre os índios integrantes das sociedades indígenas paranaenses, nos vestibulares das universidades estaduais. Curitiba: Governo do Estado, 2001.

PAULINO, M. M. *Povos indígenas e ações afirmativas: o caso do Paraná*. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

PACHECO, J. Q. *Desafios da inclusão: o olhar dos jovens negros sobre a política de cotas na UEL*. 2019. Tese (Doutorado em Serviço Social e Política Social)- Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2019

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA [UEL]. *PORTARIA 4126 - 30/09/2022*. Considerando a necessidade de promover ações estratégicas de enfrentamento ao racismo de forma conjunta e articulada na Universidade Estadual de Londrina. Curitiba: Governo do Estado; UEL, 2022. Disponível em: <https://sites.uel.br/contraracismo/wp-content/uploads/2022/10/4126.pdf>. Acesso em: 11 maio 2023.

Sobre os autores:

Mônica Kaseker: Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professora do Curso de Graduação em Jornalismo e do Mestrado em Comunicação, do Departamento de Comunicação, da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Membro da Comissão Universidade para Indígenas (CUIA UEL) e docente do Ciclo Intercultural de Iniciação Acadêmica dos Estudantes Indígenas da UEL. Colaboradora da Iniciativa para a Erradicação do Racismo na Educação Superior vinculada à Cátedra UNESCO Educação Superior e Povos Indígenas e Afrodescendentes na América Latina (UNTREF). **E-mail:** mkaseker@uel.br, **Orcid:** <https://orcid.org/0000-0002-1613-6231>

Wagner Roberto do Amaral: Pós-doutorado em Estudos Interculturais pela Universidad Veracruzana. Pós-doutorado em Educação Superior para Povos Indígenas na América Latina pela Universidad Nacional Tres de Febrero. Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professor do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social na UEL, membro da CUIA UEL e da CUIA Estadual. Colaborador da Iniciativa para a Erradicação do Racismo na Educação Superior vinculada à Cátedra UNESCO Educação Superior e Povos Indígenas e Afrodescendentes na América Latina (UNTREF). **E-mail:** wramaral@uel.br, **Orcid:** <https://orcid.org/0000-0002-8555-5915>

Andréa Pires Rocha: Pós-Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Doutorado em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus Franca. Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Docente do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina, atuando na graduação e na Pós Graduação. Autora do livro "O juvenicídio brasileiro: racismo, guerra às drogas e prisões". Líder do Grupo Pesquisa do CNPQ Aquilombando a Universidade e coordenadora do Projeto de Pesquisa Sistemas de Proteção e garantia dos Direitos Humanos voltados à infância e juventude em Angola, Brasil, Moçambique e Portugal. Atuante na esfera da educação em Direitos Humanos e em ações antirracistas. **E-mail:** drea_rocha@yahoo.com.br, **Orcid:** <https://orcid.org/0000-0003-4158-7541>

Marleide da Silva Rodrigues Perrude: Doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Coordenadora do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro na Universidade Estadual de Londrina (NEAB/UEL). Docente do Departamento de Educação. Compõe a comissão de homologação das cotas raciais na UEL. Membro do curso especialização em políticas e gestão e educação de Jovens e Adultos. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Política Educacional, avaliação de políticas públicas , atuando principalmente nos seguintes temas: formação de professores, política educacional, orientação educacional, educação de jovens e adultos, diversidade e relações raciais. **E-mail:** perrude@uel.br, **Orcid:** <https://orcid.org/0000-0002-5855-5231>

Recebido em: 13/05/2023

Aprovado para publicação em: 30/10/2023

